

Do Ficcional ao Real

Intersecções Entre a Dramaturgia do Espetáculo Antônia e a Narrativa de Mulheres Negras

Andréia Fábria Santos

*Mestranda no PPGAC- Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia, UFBA
andreiafabia@hotmail.com.*

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo, compreender a intersecção do protagonismo da mulher negra frente ao genocídio da juventude negra, através do estudo da encenação do espetáculo teatral Antônia, estabelecendo as simetrias e os antagonismos, deste, com duas “Antônia’s” reais – mulheres negras, periféricas, que apresentam em suas narrativas de vida, ações e desdobramentos semelhantes às vividas pela personagem do espetáculo.

Palavras-chave: Dramaturgia ficcional, narrativa real, espetáculo Antônia, mulheres negras periféricas.

Sou grata às muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas.

bell hooks

Chegança

É terror na cidade

Todo mundo já viu

Tão acabando com o povo

O povo do Brasil

E esse povo

A cidade sorri

Tão matando na vila pra gente não existir

Lá na orla tá lindo

Nas vielas o mal

É terror na cidade e tudo tá normal.

Esses são os versos que entoam a marcha no início do espetáculo, Antônia, e é também buscando um aprofundamento nas entrelinhas que eles apresentam que começo a minha escrita.

Epistemologicamente, genocídio, consiste na junção dos termos: *génos* (*palavra de origem grega*), que significa raça, povo, tribo, grupo ou nação, com a palavra *caedere* (*palavra oriunda do latim*), que significa aniquilamento, destruição, matança, etc. (SAVAZZONI, 2009, p. 02). Numa rápida consulta ao Dicionário Aurélio, é possível significar a palavra genocídio como:

Crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus, causar-lhes graves lesão a integridade física ou mental; submeter um grupo a condições de vida capazes de o destruir fisicamente no todo, ou em parte. (FERREIRA, 2010, p 105)

De acordo a Anistia Internacional (2016), organização não governamental, sediada no Brasil desde 2012, em prol da manutenção e fiscalização dos direitos humanos, o modelo de coerção cometido pela Polícia Militar Brasileira, de maneira indireta, promove um genocídio silencioso e amparado pelas mãos estatais, travestido de guerra ao tráfico e combate ao uso de drogas.

Segundo relatório divulgado pela Anistia em 2016, no Brasil, morrem 82 jovens por dia. Só em 2012, 56 mil pessoas foram assassinadas. Sendo 30 mil jovens, e entre eles 77% negros. O que denuncia um genocídio sustentado pela criminalização da pobreza, pela indiferença da sociedade e pela omissão do estado. Fazendo valer o conceito da necropolítica, do filósofo e cientista social camaronês Achille Mbembe, que se refere a “destruição material dos corpos e populações julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2012, p. 135). Ou ação política de morte, nascida da gestão da barbárie enquanto manutenção de um modelo social reacionário que pré estabelece pelo marcador identitário da cor da pele, quais corpos são indignos e quais vidas são matáveis. E aqui vale ressaltar que numa rápida consulta histórica é fácil perceber, que o local simbólico social direcionado a população negra, foi conferido por um entendimento eurocêntrico, ou seja, era um olhar externo que se autodenominava como sujeito, definindo por meio de marcadores de identidade, excludentes, quem era ou não sujeito, e atribuindo às características negras, e aos aspectos da cultura negra, um caráter animalesco, e conseqüentemente, indigno de ocupar de maneira positiva, alguns espaços, e conseqüentemente existir (HALL, 2006).

Para exemplificar esses dados, discorro acerca de duas chacinas que chocaram o Brasil. No dia 28 de novembro de 2015, cinco jovens que estavam no interior de um carro na comunidade de Costa Barros, subúrbio do Rio de Janeiro (RJ), foram alvejados. No total 111 tiros disparados pelas armas dos policiais. A perícia confirmou que nenhum dos jovens estava armado, logo não houve troca de tiros, e que a cena do crime, havia sido modificada na tentativa de inocentar os policiais. O

comandante do batalhão responsável pela ação citou numa entrevista¹ que o fato ocorrido se tratava de um caso “isolado”.

Oito meses depois, Joselita da Silva, mãe de Betinho, um dos jovens assassinados, morre. Segundo os conhecidos e os parentes mais próximos, Joselita morreu de “tristeza, se entregando a depressão, logo após a soltura dos policiais envolvidos no caso. Morreu sem nenhum amparo concedido pelo estado”.²

No dia 06 de fevereiro de 2015, policiais militares da RONDESP (Rondas Especiais da Bahia), cercaram 18 jovens, no bairro do Cabula em Salvador (Bahia), fazendo-os correr até um campo de futebol, onde outros policiais já os aguardavam. Os jovens foram encurralados. Doze deles foram sumariamente executados e seis conseguiram permanecer vivos, porque se fingiram de mortos. No dia seguinte a Chacina do Cabula, como foi mundialmente denominada, o atual governador do estado da Bahia, Rui Costa (2015), parabenizou a atitude dos policiais, comparando-os a “artilheiros diante do gol”.³

Os laudos da ação demonstraram que foram disparados cerca de 500 tiros, dos quais 100 atingiram os corpos. O Ministério Público em denúncia a ação exagerada dos policiais detalhou que todos os laudos cadavéricos apresentados demonstravam que se tratava de uma execução.

Adelaide (nome fictício), aposentada de 54 anos, em entrevista concedida três meses após a morte do filho, morto na Chacina, afirma temer pela vida do seu filho mais velho e pela sua, pela exposição do caso, mas, afirma que não está disposta a ver a versão da polícia prevalecer.

Aspectos relevantes podem tornar os dois casos exemplificados, comuns entre si – A maioria dos mortos eram negros e moradores de comunidades periféricas. Todos foram executados por funcionários da segurança pública do estado, posteriormente absolvidos, e principalmente o aspecto mais evidente: ambos os casos foram taxados como “casos isolados”, quando dados apontam que estes tipos de crimes, tornaram-se corriqueiros nas periferias das cidades brasileiras.

¹ Disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/mais-de-100-tiros-foram-disparados-por-pms-envolvidos-em-mortes-no-rio.html>. Acesso em: 24. Jul. 2017

² Disponível em: <http://m.oglobo.com/rio/oadeus-de-joselita-mae-de-menino-morto-em-costa-barros-19680236>. Acesso em: 24. Jul. 2017

³ Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/05/politica/1430854639_508994.html e <http://www.geledes.org.br/chacina-do-cabula-um-ano-12-mortes-e-uma-absolvicao/gs.nzx1Q0k>
Acesso em: 24. Jul. 2017

Ambas as tragédias relatadas em Estados brasileiros distintos, retratam a experiência da “violência social reprimida e/ou irresolvida que se faz conhecer ainda que de maneira oblíqua”. (MISKOLCI, 2012, p. 59)

E embora os índices sejam assombrosos, encarar o elevado número de mortes de jovens negros, continua a ser um tema quase insignificante na agenda pública nacional, por estes jovens carregarem uma série de estereótipos negativos associados a sua etnia e aos territórios periféricos a que pertencem.

O desejo de encenar o espetáculo *Antônia* nasce alguns meses depois do ocorrido no bairro do Cabula (SSA-Ba), por meio da reflexão de um grupo de atrizes e atores negros, que identificaram que o genocídio da juventude negra dialogava diretamente com questões de segregação socioespacial, e sobretudo, racismo estrutural, itens que podem ser perfeitamente relacionados também a questões de gênero, neste caso, nas especificidades das mulheres negras, periféricas. Mais precisamente na interligação do trinômio - raça, gênero e classe, que na concepção de Patrícia Hill Collins, acerca de interseccionalidade formam os eixos principais de opressão que interferem fortemente nas experiências das mulheres negras nas sociedades da diáspora negra, em especial no pensamento às estratégias de resistências cotidianas.

Encenar foi a maneira encontrada de dar visibilidade a emancipação dessas mulheres, que apesar das desigualdades e negligências sociais, a que são submetidas, se auto organizam frente a morte de seus entes diretos e/ou indiretos, pela mão estatal. Seria o nosso protesto poético.

Descrito por (CAMUS, 1996, p. 22), como um “posicionamento ativo, em detrimento ao simples posicionamento ressentido”. Numa “revolta revolucionária que nasce do espetáculo da desrazão diante de uma condição injusta e incompreensível” (*Ibidem*, p. 31).

A dramaturgia do espetáculo escolhido é uma releitura do texto mítico grego, *Antígona*, de Sófocles, impresso desta vez, na pele de uma mulher negra, moradora da periferia, que sobrepuja os ditames do Estado, para tentar reaver o corpo de um dos irmãos, desaparecido numa operação policial. A tragédia grega, *Antígona*, de Sófocles, mesmo depois de passados 25 séculos, continua sendo constantemente revisitada e reestruturada aos moldes modernos, de acordo a pesquisadora Leny Gomes (2009, p, 121), cujo mérito é atribuído, à sua “universalidade e capacidade de promover a reconstrução dos sentidos”.

Antígona, situa-se numa vertente mítica familiar, e a grosso modo, retrata a história de uma princesa que sobrepuja os ditames do estado, encarnado sob a figura do rei Creonte, para conseguir conferir ao irmão Polinices, morto em combate, os rituais fúnebres, religiosos. Isso desencadeia

uma tensão na trama de ambivalências e ambiguidades, entre os vínculos de família/cidade, plano divino/plano humano, tirania/democracia, poder público/poder privado, amor/morte/liberdade, que se unem na mesma medida em que se contrapõem. (GOMES, 2009). Antígona é punida pela desobediência, com a morte.

No contexto em que me disponho a analisar, Antígona é revisitada e dá origem a Antônia, que conta a história de uma mulher, negra, periférica, que envereda numa manifestação consciente, para reaver o corpo de um dos irmãos, ativista da comunidade, que desapareceu numa operação policial, na tentativa de inocentá-lo e conseguir enterrá-lo, dignamente.

Usando de uma encenação épica, descrita por Szondi (2015), como:

Ação que se processa no palco e não preenche mais inteiramente a apresentação teatral, como ocorria no procedimento dramático [...] Agora, a ação é objeto do que o palco narra, e este com ela se relaciona como narrador épico com seu objeto: da contraposição de ambos é que primeiro resulta a totalidade da obra [...] Em lugar do direcionamento dramático rumo uma meta, entra em cena a liberdade épica de se deter e refletir. (SZONDI, 2015, p. 117)

Enveredamos na atuação em prol da ressignificação da realidade, que ultrapassa a representação mimética, e cria uma espécie de lupa reflexiva, para os espectadores. (BROOK, 2009)

Durante os preâmbulos da encenação, a personagem aproveita para questionar a permanência de um sistema ambivalente, que se retroalimenta de por um lado institucionalizar a violência contra os corpos negros e por outro se fazer valer do respaldo de estigmas racistas e pejorativos que ele mesmo criou.

Interessa-me nesse trabalho identificar numa das oito comunidades pelas quais o espetáculo se apresentou, mais especificamente no bairro do Uruguai, periferia de Salvador (BA), duas mulheres que nas suas narrativas apresentam semelhanças e desdobramentos aos que a personagem apresenta na encenação. Desvelando as relações de poder de classe, gênero e raça que acometem estas mulheres.

De acordo com a teórica Sandra Harding (1998), todos “os pressupostos de classe, raça, cultura e gênero, as crenças e os comportamentos da própria pesquisadora devem ser colocados dentro da moldura do quadro que pretende descrever”, pois, desta maneira, a escrita se estabelece “não como uma voz de autoridade invisível ou anônima, mas como um indivíduo real, histórico, com desejos e interesses concretos” (apud CARDOSO, 2012, p. 21). Seguindo a indicação dessa

autora, o percurso metodológico escolhido estará muito imbricado com a minha vivência, uma vez que a temática se estreita nas minhas personalidades, enquanto mulher negra, periférica, atriz do espetáculo analisado e mãe de um pré-adolescente negro. Contrapondo assim os padrões de análise sustentados ocidentalmente de não levar em consideração os marcadores sociais da /do pesquisadora (o), em prol de uma objetividade neutra e uma separação entre o objeto e o sujeito.

Cláudia Cardoso salienta:

O conhecimento científico não está livre desses marcadores sociais que, ao mesmo tempo, definem processos de exclusão e são constitutivos de nossas construções identitárias. Ao analisar seu objeto, a/o pesquisadora (o) o faz, com certeza, a partir também destes marcadores, que a/o constituem como sujeito, pois o método científico por si não assegura uma interpretação da realidade objetiva livre de fatores sociais e culturais. Assim sendo, os marcadores sociais constrói quem somos e a forma como pensamos e produzimos conhecimento (CARDOSO, 2012, p. 71).

Em alguma medida me debruçar sobre a história dessas mulheres é escrever sobre a minha história. Oras passeando sobre o real, oras sobre a ficção. Transitando na relação entre produção intelectual e experiência pessoal.

Para fins de elaboração, a pesquisa vem sendo realizada seguindo três momentos distintos: **sondagem e investigação**; com o levantamento de dados das áreas de teatro e gênero, pertinentes a pesquisa, fase atual, relacionada a leitura, aprofundamento e seleção dos autores, que já se encontram neste artigo.

Narrativas reais; com a aproximação sistemática aos centros culturais, associações de moradores e projetos não governamentais, do bairro do Uruguai (Salvador – BA), na tentativa de encontrar “Antonia’s” reais, que se disponham em ceder o relato de suas lutas frente ao genocídio, amparada dentre tantas outras falas, na colocação de bell Hooks de que:

Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida. (HOOKS, 1995, p.478)

Por acreditar no que diz Richard Miskolci (2012, p. 181) de que, “a experiência é o que faz do social uma realidade não apenas teórica, mas vivida”.

E por fim, **intersecções**; que consistirá na fundamentação das escolhas e na escrita da dissertação, levando em conta pontos simétricos e antagônicos entre a dramaturgia ficcional do espetáculo Antônia e das narrativas reais vivenciadas por duas mulheres negras periféricas.

O desejo em aproximar as narrativas, ficcional e real, nasce por uma perspectiva pessoal, de compreender e dar voz a emancipação e protagonismo das mulheres periféricas, frente ao genocídio de seus entes pela mão estatal, assim como, em entender os percursos de um espetáculo teatral, que atualiza e se reflete no presente, enquanto história. Buscando compreender as estratégias e histórias de luta empreendidas por estas mulheres partilhando falas e subjetividades de resistências.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. Disponível em: <https://anistiainternacional.org.br>. Acesso em: 07 Mai 2017.

BROOK, Peter. A porta aberta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1999)

CAMUS, Albert. O Homem Revoltado. São Paulo: Record, 1996.

CARDOSO, Cláudia P. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

CHACINA DO CABULA. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/chacina-do-cabula-um-ano-12-mortes-e-uma-absolvicao/gs.nzx1Q0k>. Acesso em: 09 Mai 2017.

CHACINA DO CABULA – FALA DO GOVERNADOR RUI COSTA. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/05/politica/1430854639_508994.html. Acesso em: 08 e 09 Mai 2017.

ESPETÁCULO ÂNTONIA. Disponível em: <https://www.facebook.com/espetaculoAntonia/> Acesso em: 06,07 e 08 Jun 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da Língua Portuguesa. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GOMES, Leny. Antígona a Persistência do mito. Revista do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo-v. 5-n. -1-121-128-jan/jun 2009.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes

_____. Intelectuais negras. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.464-478, 1995.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. 1ª ed. SOVIC, L. (org.) Trad. Adelaine la Guardiã Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MBEMBE, Achille. Necropolítica, uma revisão crítica. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (org). Estética y violência: Necropolítica, militarización y vidas lloradas. México: UNAM – MUAC, 2012.

MISKOLCI, Richard. O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo, Annablume/ FAPESB, 2012.

SAVAZZONI, Simone de Alcântara. Crime de Genocídio. Disponível em <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

SZONDI, Peter. Teoria do Drama Moderno (1880-1950). 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Cozac Naify, 2015.